

STG SEGUROS S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/25

Maringá - PR, 28 de fevereiro de 2026.

Aos Diretores e Acionistas da
STG SEGUROS S.A.
Att. do Sr. José Henrique Ballmann Stang
Araucária – PR

Prezados,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços, apresentamos nosso relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,

Gilmar José Richetti
Diretor

Aquila Auditores Independentes
Maringá - CRC/PR 011.403/O-5
Cascavel - CRC/PR 011.413/F-2
CVM 1312-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
STG SEGUROS S.A.
Att. do Sr. José Henrique Ballmann Stang
Araucária – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STG Seguros S.A. (“Companhia” ou “Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STG Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório Do Auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou o valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 28 de fevereiro de 2026.

Gilmar José Richetti
CRC PR Nº 047.820/O-9

Lucas da Cunha Dourado
CRC PR Nº 079.641/O-8

Aquila Auditores Independentes
CRC/PR 011.403/O-5
CVM 1312-9



STG SEGUROS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Relatório da Administração e

Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da STG Seguros S.A. (“Seguradora”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e das respectivas Notas Explicativas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

A seguradora

A Portaria SUSEP nº 59, de 06 de maio de 2025, concedeu autorização para operação em seguros de danos na 8ª Região (PR, SC e RS). A Seguradora iniciou suas operações comerciais em outubro de 2025, com foco nos ramos de Transportes e Responsabilidades (Risco Ambiental), estruturando processos de subscrição, emissão, gestão técnica e controles internos compatíveis com seu estágio inicial de operação e com seu enquadramento regulatório no Segmento 3 (S3).

A STG Seguros S.A. é uma sociedade anônima fechada, em fase de consolidação operacional e expansão gradual da base de corretores, parcerias e segurados.

Desempenho operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a STG registrou prêmios emitidos de R\$ 135.616,16. O resultado financeiro totalizou R\$ 661.474,62. O resultado líquido do exercício foi prejuízo de R\$ 144.408,55. No encerramento do exercício, o total de ativos foi de R\$ 9.939.184,51, com patrimônio líquido de R\$ 9.855.591,45, refletindo a estrutura patrimonial típica de início de operação. As provisões técnicas totalizaram R\$ 35.591,25 em 31 de dezembro de 2025, compatíveis com a ainda reduzida escala operacional no período. O resultado líquido negativo reflete, principalmente, o perfil de implantação e estruturação da operação (pessoas, sistemas, prestadores e processos), em um exercício com baixa volumetria de emissão.

Gestão financeira

Em atenção à regulamentação aplicável, a Administração declara que a avaliação e o registro contábil dos títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise dos vencimentos e do casamento entre ativos e passivos relacionados às operações de seguros, buscando aderência à liquidez necessária e segurança na alocação dos recursos.

Governança e destinação do resultado

A Seguradora observa as regras societárias e estatutárias relativas à destinação do resultado, incluindo as disposições referentes à constituição de reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório quando aplicável. Considerando que o exercício de 2025 apresentou prejuízo, não há base para deliberação de distribuição de dividendos, permanecendo a Administração focada no fortalecimento patrimonial, na continuidade operacional e na evolução da escala de emissão.

Perspectivas

Para 2026, a Administração seguirá priorizando: (i) crescimento com disciplina em Transportes e Responsabilidades; (ii) consolidação de processos e controles internos; (iii) amadurecimento de rotinas de conformidade e reporte regulatório; e (iv) evolução da infraestrutura operacional e de suporte aos canais comerciais, visando aumentar eficiência, qualidade de serviço e recorrência de negócios.

Agradecimentos

A STG Seguros S.A. agradece aos seus Acionistas, Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios pela confiança, bem como à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo acompanhamento institucional,

pela confiança e apoio. À equipe de profissionais e colaboradores, registramos nosso reconhecimento pela dedicação e qualidade na estruturação e condução das operações.

Araucária – PR, 28 de fevereiro de 2026.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

		2025
ATIVO	N.E.	
Circulante		9.933
Caixa e bancos	5	380
Aplicações	6	9.481
Créditos das operações com seguros	7	35
Prêmios a receber		35
Títulos e créditos a receber	8	33
Custos de aquisição diferidos	9	4
Ativo não circulante		6
Imobilizado	10	6
Total do ativo		9.939
PASSIVO		
Circulante		83
Contas a pagar		30
Obrigações a pagar	11	11
Impostos e encargos sociais a recolher	12	16
Impostos e contribuições		3
Débitos de operações com seguros	13	18
Provisões técnicas – seguros danos	14	35
Passivo não circulante		0
Outros débitos		0
Patrimônio líquido		9.856
Capital social		10.000
Prejuízos Acumulados		(144)
Total do passivo		9.939

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	N.E.	<u>2025</u>
Prêmios emitidos		135
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(35)
(=) Prêmios ganhos	15a	100
(-) Sinistros ocorridos		0
(-) Custos de aquisição	15b	(14)
(+) Outras receitas e despesas operacionais		0
(-) Despesas administrativas	15c	(871)
(-) Despesas com tributos	15d	(16)
(+/-) Resultado financeiro	15e	661
(=) Resultado operacional		(140)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(140)
(-) Imposto de Renda	16	(2)
(-) Contribuição Social/	16	(2)
(-) Participações sobre o lucro		(0,00)
(=) Lucro líquido / prejuízo		(144)
(/) Quantidade de ações		10.000
(=) Lucro líquido por ação		(0,01)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>
(=) LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(144)
(=) TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(144)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital em aprovação	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	10.000	-	-	-	-	10.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	(144)	(144)
SALDOS EM 31 de dezembro de 2025	10.000	-	-	-	(144)	9.856

	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(144)
AJUSTES PARA:	
Depreciação e amotrização	0
LUCRO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	(144)
Varição nas contas patrimoniais:	
Ativos financeiros	(9.481)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(35)
Créditos fiscais e previdenciários	(33)
Custo de aquisição diferidos	(4)
Fornecedores	11
Impostos e contribuições	19
Débitos de operações com seguros e resseguros	18
Provisões técnicas – seguros e resseguros	35
Outros passivos	0
CAIXA CONSUMIDO NAS OPERAÇÕES	(9.614)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.614)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Pagamento pela compra:	
Imobilizado	(6)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento de capital	10.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.000
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	380
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	0.00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	380

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

STG Seguros S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A STG Seguros S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Doutor Eli Volpato, nº 680, Bairro Chapada, Araucária – PR, CEP 83.707-746, constituída para atuar em operações de seguros de danos.

Em 06 de maio de 2025, a Seguradora obteve autorização para operar na 8ª Região (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), conforme Portaria SUSEP nº 59/2025. As atividades operacionais tiveram início em outubro de 2025, com a emissão das primeiras apólices, concentradas nos ramos de Transportes e Riscos Ambientais, concomitantemente à validação de processos e à implantação e homologação de sistemas necessários ao suporte às rotinas de subscrição, emissão, contabilização e controles operacionais.

Em outubro de 2025, foi realizado aumento de capital, com integralização destinada ao suporte patrimonial e ao custeio da estruturação inicial da operação. Em razão do início recente das atividades, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refletem a fase inicial de implantação.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Seguradora compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação e o Plano de Contas instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil) e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto, quando aplicável: (i) pelos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e (ii) pelas provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

2.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Seguradora de continuar operando normalmente e concluiu que a Companhia possui recursos para dar continuidade às suas operações no futuro previsível. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Seguradora é o Real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

2.3 Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se espera que sejam realizados ou liquidados no curso normal do ciclo operacional da Seguradora, em até 12 meses após a data-base, ou quando são mantidos para negociação. Os demais são classificados como não circulantes.

2.4 Apresentação sem valores comparativos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas sem valores comparativos do exercício anterior, tendo em vista que a Seguradora iniciou suas operações em outubro de 2025, caracterizando este como o primeiro exercício social com movimentação operacional.

2.5 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, em conformidade com a regulamentação aplicável.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas, premissas e julgamentos pela Administração que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidos no exercício. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e seus efeitos são reconhecidos prospectivamente.

No contexto operacional da Companhia em 2025, os principais julgamentos e estimativas relacionam-se, principalmente, As notas explicativas listadas abaixo incluem o uso de estimativas e julgamentos: Nota 3.2 - Ativos financeiros; Nota 3.3 - Redução ao valor recuperável; Nota 3.7 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; Nota 3.7 - Passivos de contratos de seguro; Nota 3.8 - Teste de adequação dos passivos (TAP).

2.7 Normas e interpretações

Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelos órgãos competentes são avaliadas pela Administração para aplicação futura, quando aprovadas e/ou referendadas pela SUSEP, conforme aplicável.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento original igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender compromissos de curto prazo da Seguradora.

3.2 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: mensurado ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram determinados pela Administração na data do reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48): i. não atender às outras duas mensurações possíveis (custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes); ii. se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (algumas vezes referida como “descasamento contábil”) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48): (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes terão as seguintes condições (conforme aprovado na Circular SUSEP 648/2021 e CPC 48): i. o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; ii. os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

d) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&F Bovespa, na SELIC-Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3-Brasil Bolsa Balcão e na CBLC-Central Brasileira de Liquidação e Custódia

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos (RVR)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.4 Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos, substancialmente, por comissões e outros custos diretamente atribuíveis à comercialização de apólices de seguros. Esses valores são diferidos e apropriados ao resultado ao longo da vigência dos riscos, de forma consistente com o reconhecimento dos prêmios ganhos, em base pro rata die.

3.5 Prêmios a receber

Os prêmios a receber são reconhecidos no momento da emissão das apólices ou do início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e mensurados pelo valor nominal, deduzidos, quando aplicável, de redução ao valor recuperável (RVR).

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não constituiu RVR sobre prêmios a receber, considerando o prazo de vencimento e as características da carteira na data-base.

3.6 Classificação e mensuração dos contratos de seguro

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro, caracterizada pela possibilidade de pagamento de benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de evento futuro incerto, específico, que possa afetá-lo de forma adversa e relevante.

Os prêmios de seguro e os custos de aquisição são reconhecidos na data de emissão das apólices ou, quando o risco tiver início antes da emissão, na data de início de vigência do risco. Esses valores são apropriados ao resultado pro rata temporis, em base linear, ao longo do prazo de vigência da cobertura, mediante a constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos (DAC/CAD).

3.7 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as disposições do CNSP e da SUSEP, com base em critérios e metodologias definidos na regulamentação aplicável e, quando cabível, em Nota Técnica Atuarial.

a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “*pró-rata die*” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

3.8 Teste de Adequação de Passivos (TAP) e Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Em atendimento às normas contábeis e regulatórias aplicáveis, a Seguradora realiza o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes na data-base do exame, com periodicidade semestral. O objetivo do teste é confirmar se o valor presente das estimativas realistas dos fluxos de caixa futuros — construídas a partir de premissas atuariais plausíveis (sinistros, persistência, despesas, comissões e resseguro) — é compatível com o saldo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) registrado na data-base.

Para calcular o valor presente são utilizadas curvas a termo de taxas livres de risco (ETTJ) divulgadas pela SUSEP e séries atuariais reconhecidas quando aplicáveis (por exemplo, tábuas de mortalidade para produtos de cobertura de vida). As

projeções de fluxos são construídas com periodicidade mensal e segregadas por grupos de negócio com características de risco semelhantes, além de separar, quando necessário, os fluxos de sinistros a ocorrer daqueles já ocorridos.

Para as despesas administrativas projetadas, a prática adotada foi utilizar benchmarks de mercado, fundamentados em dados públicos, padronizados e comparáveis de seguradoras atuantes nos mesmos ramos. Para a sinistralidade projetada, foi adotado benchmark de mercado, calculado como média ponderada pelo prêmio ganho das principais seguradoras do ramo, com base em informações recentes, em razão da inexistência de histórico próprio representativo.

O teste é elaborado em conformidade com os preceitos do CPC 11, Circular SUSEP nº 678/22 e posteriores alterações, e resulta na comparação entre o valor presente dos fluxos realistas e o saldo da PPNG; eventuais insuficiências identificadas devem ser tratadas conforme normas internas e regulatórias vigentes. Para a data-base do teste, o TAP apresentou resultado superavitário de R\$ 15.421,23 para o grupo de Danos.

O resultado do TAP não indicou insuficiência das provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2025, não havendo necessidade de constituição de PCC.

3.9 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

3.10 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Seguradora possui obrigação presente resultante de evento passado, seja provável a saída de recursos para liquidação da obrigação e seja possível estimar seu valor com confiabilidade.

Ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando sua realização é praticamente certa. Passivos contingentes classificados como perda possível são divulgados quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contingências passivas com probabilidade de perda provável que demandassem constituição de provisão.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída à alíquota nominal de 15% e adicional de 10% sobre o lucro tributável superior aos R\$ 240 anuais, na forma da lei, e a provisão para contribuição social, quando aplicável, é constituída à alíquota nominal de 15%

3.12 Capital Social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando não possuir a obrigação de transferir caixa e outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

3.13 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios emitidos são reconhecidos quando da emissão da apólice ou do início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado ao longo da vigência das apólices, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos.

As comissões e demais custos de aquisição diretamente relacionados à emissão das apólices são reconhecidos em consonância com a apropriação dos prêmios ganhos, por meio do diferimento e amortização do CAD.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora mantém estrutura de gerenciamento de riscos compatível com o porte, a natureza e a complexidade de suas operações, em linha com as exigências regulatórias aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP. A Administração é responsável por estabelecer diretrizes, acompanhar exposições e avaliar a adequação dos controles relacionados aos riscos relevantes para a Companhia.

No exercício de 2025, considerando o início das operações em outubro e o estágio inicial da carteira, a gestão de riscos esteve concentrada, principalmente, no monitoramento dos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, operacional e capital regulatório, com ênfase na implantação de controles, parametrização de processos e acompanhamento da suficiência patrimonial e de provisões técnicas.

4.1 Risco de subscrição

A Seguradora gerencia os contratos de seguros por meio de políticas internas de subscrição, que contemplam, entre outros aspectos: (i) limites de alçada por subscritor, definidos conforme sua experiência e nível de responsabilidade; (ii) políticas de precificação por tipo de risco; (iii) monitoramento contínuo dos resultados técnicos; e (iv) seleção de resseguradores previamente aprovados, observados os critérios estabelecidos em governança interna e avaliação de crédito.

Na definição do prêmio de seguros, são utilizados fundamentos atuariais e estatísticos, com base na teoria da probabilidade e na experiência histórica da Seguradora e/ou de mercado, de forma a estimar o prêmio necessário à cobertura dos riscos assumidos, bem como a constituição das provisões técnicas correspondentes.

O principal risco inerente à operação de seguros consiste na possibilidade de os sinistros ocorridos e/ou a ocorrerem superarem as estimativas adotadas no momento da precificação e da constituição das provisões técnicas, resultando em insuficiência para suportar os custos futuros. Esse cenário pode decorrer de desvios na frequência e/ou na severidade dos sinistros em relação aos parâmetros estimados.

Para mitigação desse risco, a Seguradora busca manter uma carteira com perfil de exposição consistente, de modo a reduzir a variabilidade dos resultados esperados, e realiza o monitoramento contínuo de indicadores como taxas praticadas, frequência, severidade e desempenho técnico por carteira/produto.

Complementarmente, adota estratégia de subscrição e precificação que considera fatores de agravamento de risco, tais como localização, coberturas contratadas, setor de atividade/ramo de atuação, características operacionais e demais elementos relevantes para avaliação do risco.

Concentração de riscos:

A concentração de riscos é monitorada, entre outros critérios, por distribuição geográfica da carteira. O quadro a seguir apresenta a concentração de risco por região e por segmento de seguro, com base no valor do prêmio emitido bruto.

4.1.1 Prêmios emitidos por ramo / região

		31/12/2025
Ramo	SUL	TOTAL
Transportes	93	93
Riscos ambientais / responsabilidades	42	42
Total		135

4.2 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos.

Considerando o início recente das operações, a Companhia concentrou seus esforços na implantação e validação de processos operacionais, controles internos e rotinas sistêmicas relacionados às atividades de subscrição, emissão, faturamento, contabilização e suporte regulatório, com o objetivo de reduzir riscos de processamento, inconsistências cadastrais e falhas de integração.

4.3 Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de oscilações em taxas de juros, índices de preços e demais variáveis de mercado que possam afetar o valor das aplicações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição da Seguradora ao risco de mercado decorre, principalmente, de suas aplicações financeiras em instrumentos de renda fixa e fundos de investimento. A Administração acompanha a alocação dos recursos e a liquidez da carteira, observando critérios de prudência e aderência às necessidades operacionais e regulatórias.

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, por tomadores ou contrapartes, de suas obrigações financeiras junto à Seguradora.

As principais exposições da Companhia concentram-se em prêmios a receber e aplicações financeiras. A gestão desse risco inclui análise das operações na aceitação dos negócios, acompanhamento dos recebíveis e seleção de instituições financeiras para alocação dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía operações de resseguro e não constituiu redução ao valor recuperável (RVR) sobre prêmios a receber.

Ativos financeiros / rating	AAA	AA-	A+	A-	Sem rating	Total
Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado	1.696	7.446	-	-	339	9.481
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	380	380
Prêmios a receber	-	-	-	-	35	35
Total	1.696	7.446	-	-	754	9.896

4.5 Risco de liquidez

Risco de liquidez define-se como a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas. A gestão de risco mantém o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos, tanto em condições normais quanto de estresse, sem causar perdas significativas ou risco de prejudicar a reputação da Seguradora. O monitoramento de suas exigências ocorre através de projeções de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos, bem como através de projeções de ativos garantidores para cobertura de provisões técnicas de acordo com o requerido pela SUSEP.

Busca manter o nível de seus investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 90 dias. A Seguradora monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente dos prêmios a receber em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a pagamentos de comissões e sinistro, fornecedores e outras contas a pagar.

	2025
Caixa e bancos	380
Aplicações	9.481
Créditos das operações com seguros e resseguros	35
Total ativo	9.896
Contas a pagar	11
Impostos e Obrigações Sociais a recolher	19
Débitos de operações com seguros e resseguros	18
Provisões técnicas – seguros e resseguros (PPNG)	35
Total passivo	83
Suficiência	9.813

4.6 Risco regulatório e de capital

A Seguradora acompanha os requerimentos regulatórios de capital e solvência estabelecidos pela SUSEP, com monitoramento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e suficiência de cobertura de provisões técnicas, conforme aplicável.

A Administração realiza acompanhamento periódico da estrutura patrimonial e da adequação aos limites regulatórios, considerando a fase inicial de operação e o crescimento planejado da carteira.

A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido, conforme Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores.

Descrição	2025
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	9.856
Capital base	1.700
Capital de risco (CR)	198
Capital risco de subscrição	24
Capital risco de crédito	152
Capital risco de mercado	73
Capital risco operacional	1
Benefício de diversificação	(51)
Capital Mínimo Requerido (CMR)	1.700

Suficiência de capital (PLA - CMR)	8.156
Índice de Solvência (A/D)	579%

4.7 Análise de sensibilidade

Em razão do estágio inicial da operação da Companhia em 2025, com carteira em formação e ausência de sinistros ocorridos no exercício, a Administração entende que a apresentação de análises quantitativas de sensibilidade de sinistralidade não é representativa para fins de divulgação neste primeiro exercício operacional.

As sensibilidades relacionadas a risco de mercado poderão ser ampliadas em exercícios futuros, conforme evolução da carteira de aplicações e da materialidade das exposições.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	<u>31/12/2025</u>
Equivalentes de Caixa	380
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>380</u>

6. Aplicações

As aplicações financeiras da Seguradora são compostas por títulos de renda fixa e cotas de fundos de investimento, mantidas de acordo com a política de alocação de recursos da Administração, com foco em liquidez, segurança e atendimento às necessidades operacionais e regulatórias.

a. Composição das aplicações financeiras por categoria:

	<u>31/12/2025</u>	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		
Fundo de Investimentos	339	3%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	<u>1.696</u>	18%
Aplicação em CDB	<u>7.446</u>	79%
Total	<u>9.481</u>	

b. Composição das aplicações financeiras por faixa de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>Até 180 dias</u>	<u>Acima de 250 dias</u>	<u>RVR</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>%</u>
Cotas de Fundos de Investimento		341	0	(2)	339	3
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		<u>0</u>	<u>1.699</u>	<u>(3)</u>	<u>1.696</u>	<u>18</u>
Aplicação em CDB		<u>7.477</u>	<u>0</u>	<u>(31)</u>	<u>7.446</u>	<u>79</u>
Total		<u>7.818</u>	<u>1.699</u>	<u>(36)</u>	<u>9.481</u>	<u>100</u>

c. Movimentação

	<u>31/12/2024</u>	<u>Aplicações</u>	<u>Resgates</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>IRRF</u>	<u>RVR</u>	<u>31/12/2025</u>
Cotas de Fundos de inv.	0	2.370	(2.176)	151	(4)	(2)	339
Aplicação em CDB	0	7.800	(791)	497	(29)	(31)	7.446
Letras Financeiras do Tesouro	0	1.647	0	52	-	(3)	1.696
Total	<u>0</u>	<u>11.817</u>	<u>(2.967)</u>	<u>700</u>	<u>(33)</u>	<u>(36)</u>	<u>9.481</u>

d. Ativos garantidores das provisões técnicas:

Os seguintes ativos encontram-se vinculados a SUSEP em garantia das provisões técnicas, de acordo com as normas vigentes:

	<u>31/12/2025</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.696
Total	<u>1.696</u>

7. Créditos das operações com seguros e resseguros

1. Premios a Receber

a. Composição por ramo de atuação:

	<u>31/12/2025</u>
Seguro de Danos	
0313 - RC Ambiental	35
	<u>35</u>

b. Movimentação de Prêmios a receber:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	0
(+) Prêmios emitidos	135
(+) IOF	10
(-) Prêmios cancelados	(0)
(-) Prêmios recebidos	(110)
Saldo Final	<u><u>35</u></u>

8. Títulos e créditos a receber

Os créditos tributários realizáveis no curto prazo referem-se a impostos e contribuições a compensar e tributos retidos na fonte.

Créditos tributários e previdenciários	<u>33</u>
Total de créditos tributários e previdenciários	<u><u>33</u></u>

9. Custos de aquisição diferidos

a. Custos de Aquisição Diferidos - Seguros

Ramo	<u>31/12/2025</u>
0313 – RC Ambiental	4
	<u><u>4</u></u>

b. Movimentação - Custos de aquisição diferidos:

	31/12/2025
Saldo inicial	0
(+) Comissões sobre prêmios	18
(-) Recuperação de comissões	(0)
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(14)
	4

10. Imobilizado

Descrição	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Saldo		Depreciação Acumulada
				Costo Total	Depreciação	
				31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Equipamentos	-	6	-	6	6	-
Total	-	6	-	6	6	-

11. Obrigações a pagar

	31/12/2025
Fornecedores a pagar	11
Total	11

12. Impostos e contribuições

	31/12/2025
COFINS	2
PIS/PASEP	1
Retenções a recolher	6
Outros impostos	10
Total	19

13. Débitos de operações com seguros

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de prêmio e as recuperações relativas aos prêmios restituídos

	31/12/2025
Saldo inicial	0
Corretores de seguros e resseguros	18
Saldo final	18

14. Provisões técnicas

a. Saldos:

Provisões técnicas – seguros danos	
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	35
Total	35
Circulante	35

b. Movimentação das Provisões técnicas:

	PPNG	PSL	IBNR	PVR	Total
Saldo no início do período	-	-	-	-	-
Prêmios emitidos	39	-	-	-	39
Constituições / (Reversões)	(4)	-	-	-	(4)
Devoluções de prêmios	-	-	-	-	-
Saldo no final do período	35	-	-	-	35

c. Cobertura das provisões técnicas:

Provisões técnicas – seguros danos	31/12/2025
Provisão de Prêmios não ganhos - PPNG	35
Total a ser coberto	35
Ativos vinculados	1.696
Suficiência	1.661

15. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

a. Prêmios ganhos:

	31/12/2025
Prêmios emitidos	135
Prêmios cancelados	(-)
Prêmios restituídos	(-)
Variação das provisões técnicas	(35)
Prêmios ganhos	100

b. Custos de aquisição:

	31/12/2025
Comissões de corretagem sobre prêmios emitidos	(18)
Total das comissões sobre prêmios	(18)
Variação das comissões diferidas	4
Total variação do custo de aquisição diferido	4
Total custo de aquisição	(14)

c. Despesas administrativas:

	31/12/2025
Despesa com pessoal próprio	(0)
Despesas com serviços de terceiros	(696)

Despesas com localização e funcionamento	(104)
Despesa com publicidade e propaganda	(67)
Outras despesas	(4)
Total	(871)

d. Despesas com tributos:

	31/12/2025
COFINS Operacional - Seguros	(14)
PIS/PASEP Operacional - Seguros	(2)
Total	(16)

e. Resultado financeiro:

	31/12/2025
<u>Receitas financeiras</u>	
Receitas de aplicações financeiras	700
Outras receitas financeiras	0
	700
<u>Despesas financeiras</u>	
RVR	(36)
Juros de mora	(3)
	(39)
Total	661

16. Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve recolhimento de IRPJ e CSLL no primeiro trimestre, principalmente em decorrência do resultado positivo de rendimentos de aplicações financeiras, que compôs a base de cálculo tributável do período.

	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	(144)	(144)
Base de cálculo tributável	0	0
CSLL 25%	-	(2)
IRPJ 15%	(2)	-
IRPJ 10% adicional	(-)	-
(-) Deduções PAT	-	-
Total do IRPJ e CSLL	(2)	(2)

17. Eventos subsequentes

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais.

554698***8330



José Henrique Ballmann Stang
Diretor Vice - Presidente

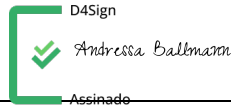
JARDEL
MARQUES

MONTI:33222
296880

Assinado de forma
digital por JARDEL
MARQUES
MONTI:33222296880
Dados: 2026.02.28
13:03:13 -03'00'

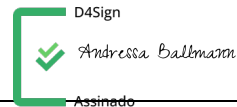
Jardel Marques Monti
Diretor Técnico e Atuário Responsável
Técnico - MIBA 2664

554699***8412



Rodrigo Stang
Diretor Presidente

554699***8412



Andressa Ballmann
Contadora
CRC-PR 073803/O-0

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

*Aos Acionistas e Administradores da
STG Seguros S.A.*

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **STG Seguros S.A.** (a seguir denominada “Companhia”), em **31 de dezembro de 2025**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de

retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **STG Seguros S.A.** em **31 de dezembro de 2025** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026.

Brenda de Borba Trajano

Atuária Auditora Independente - MIBA 2842
CPF 029363920/55

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Av. Padre Cacique, 320 – 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240
mirador360.com.br

DF Final STG ass pdf

Código do documento de16eb09-2e8c-4576-a953-76ea442dbc81



Assinaturas



Andressa Ballmann
WhatsApp: +554699***8412
Assinou

Andressa Ballmann



Rodrigo Stang
WhatsApp: +554699***8471
Assinou

Rodrigo Stang



Jose Henrique Ballmann Stang
WhatsApp: +554698***8330
Assinou

JH Stang

Eventos do documento

28 Feb 2026, 13:15:59

Documento de16eb09-2e8c-4576-a953-76ea442dbc81 **criado** por ANDRESSA BALLMANN (0344010c-4292-4cf9-a1e7-85933649aaa0). Email:contabilidade@stgseguros.com.br. - DATE_ATOM: 2026-02-28T13:15:59-03:00

28 Feb 2026, 13:19:46

Assinaturas **iniciadas** por ANDRESSA BALLMANN (0344010c-4292-4cf9-a1e7-85933649aaa0). Email:contabilidade@stgseguros.com.br. - DATE_ATOM: 2026-02-28T13:19:46-03:00

28 Feb 2026, 13:21:33

ANDRESSA BALLMANN **Assinou** WhatsApp: +554699***8412 - IP: 189.40.71.238 (238.71.40.189.isp.timbrasil.com.br porta: 33964) - Documento de identificação informado: 087.292.679-60 - DATE_ATOM: 2026-02-28T13:21:33-03:00

28 Feb 2026, 13:35:31

JOSE HENRIQUE BALLMANN STANG **Assinou** WhatsApp: +554698***8330 - IP: 170.233.79.229 (170-233-79-229.cgnat.infoservic.com.br porta: 58214) - Documento de identificação informado: 048.906.139-78 - DATE_ATOM: 2026-02-28T13:35:31-03:00

28 Feb 2026, 13:37:45

RODRIGO STANG **Assinou** WhatsApp: +554699***8471 - IP: 138.185.38.195 (195-38-185-138.marapelnet.com.br porta: 21920) - **Geolocalização: -25.890066250911946 -53.26327527002324** - Documento de identificação informado: 091.813.209-65 - DATE_ATOM: 2026-02-28T13:37:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256):8d8dc7e5f76fd511c5553d82f77b97eac15a90b6c52b9ef2550e30c358db108f

(SHA512):420d5319ca0e5ecda7ee4c07c243006c9e00993bb42629e9f871136c2153d02e7b8e2f07a55c24a9eeea733e2ed338b8ae714b99fbd7421270186ff87f1e4032

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.